

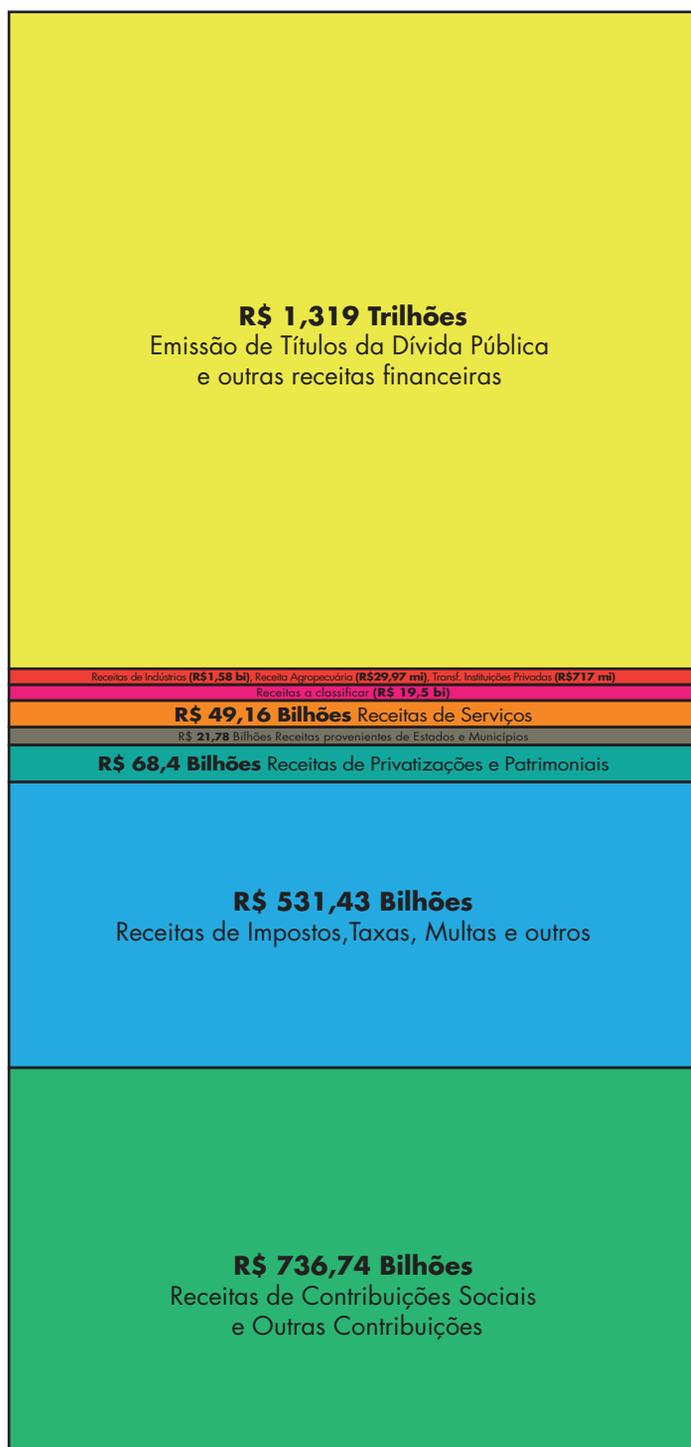
# ONDE MESMO ESTÁ O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS???

Comparando-se as receitas federais realizadas em 2015 e as despesas federais pagas em 2015, constata-se uma "sobra" de recursos da ordem de R\$480 bilhões - quase meio trilhão de reais. Ou seja, tal valor aparece do lado das receitas realizadas, mas não há indicação de onde teria sido gasto, conforme gráfico:



## RECEITAS FEDERAIS R\$ 2,748 TRILHÕES

Realizadas em 2015 - Fonte: CGU - Transparência Brasil



Fonte: CGU Acesso em 26/03/2016 <http://goo.gl/adBGo3>

## DESPESAS FEDERAIS R\$ 2,268 TRILHÕES

Pagas em 2015 - Fonte: SIAFI - Sistema SigaBrasil Senado Federal



Fonte: SIAFI Acesso em 26/03/2016 <http://goo.gl/YDH5Bn>

O gráfico mostra também que os recursos da Seguridade Social foram mais que suficientes para cobrir as despesas com Previdência Social, Saúde e Assistência Social e ainda sobram dezenas de bilhões! O maior gasto é com a dívida pública, que tem crescido por conta dos diversos mecanismos que geram emissão de volumes crescentes de mais dívida. O Banco Central (BC) tem sido o maior responsável pelo gasto com remuneração da sobra de caixa dos bancos e swaps cambiais. Em que rubrica estariam tais gastos?

**2016:** O governo federal quer aprovar uma meta fiscal para 2016 prevendo déficit de **R\$170,5 bilhões** nas contas do Setor Público Consolidado (que engloba os orçamentos do Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social).

**Que déficit é esse?**

**2015:** No ano de 2015, o mesmo Setor Público Consolidado fechou em déficit de **R\$ 111,2 bilhões**, como amplamente noticiado.

# NECESSIDADE DE AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA



## Ajuste Fiscal para pagar dívida

Corte de serviços públicos, corte de direitos sociais, corte de investimentos públicos geradores de emprego, privatizações, aumento de tributos e outras medidas drásticas que afetam profundamente a vida das pessoas e a economia do País têm sido justificadas pela necessidade de pagar a chamada dívida pública, tanto em âmbito federal como estadual e até municipal.

## Projetos cortam direitos sociais para destinar recursos para a dívida

Diversos projetos reduzem investimentos sociais para destinar mais recursos ao pagamento de juros da chamada dívida pública, por exemplo:

- **PLP 257/2016:** faz um verdadeiro desmonte do estado brasileiro para servir ao pagamento de uma dívida nunca auditada (<http://goo.gl/yCCpue>).
- **PEC 143/2015 e PEC 31/2016:** que pretendem aumentar a DRU (Desvinculação das Receitas da União) para até 30% e criar a desvinculação para estados e municípios (DRE e DRM) representam a morte do SUS (<http://goo.gl/3X9LVf>).
- **Propostas de contrarreforma da previdência,** que aumenta idade para aposentadoria e subtrai direitos dos trabalhadores (<http://goo.gl/uu9Opc>) e contrarreforma trabalhista.
- **PEC 241/2016,** que pretende congelar por até 20 anos os gastos PRIMÁRIOS, liberando ainda mais recursos para os gastos com a dívida pública.

## Que dívida é essa?

A história da dívida pública no Brasil é um somatório de escândalos que inclui transformações de dívidas do setor privado em dívidas públicas; pagamento de encargos, ágios, e taxas ilegais e ilegítimas; operações em paraísos fiscais; ausência de documentação e de transparência, e até suspeita de renúncia à prescrição.

Atualmente, diversos mecanismos financeiros têm gerado dívida pública no Brasil, sem contrapartida alguma ao país ou à sociedade.

## O que está provocando rombo nas contas públicas é o custo dos mecanismos que geram “dívida” sem contrapartida alguma:

- **Elevadíssimas taxas de juros:** praticadas sem justificativa técnica, jurídica, econômica ou política, configurando-se uma transferência de renda e receita ao setor financeiro privado;
- A ilegal prática do anatocismo: incidência contínua de **juros sobre juros**, que promove a multiplicação da dívida por ela mesma;
- As escandalosas operações de **swap cambial** realizadas pelo Banco Central, que correspondem à garantia do risco de variação do dólar paga pelo BC principalmente aos bancos e a grandes empresas nacionais e estrangeiras, provocando prejuízo de centenas de bilhões de reais em 2014/2015;
- **Remuneração da sobra do caixa dos bancos** por meio das “operações compromissadas”, realizadas pelo BC com os bancos, sem a devida transparência. Estima-se gasto de pelo menos R\$200 bilhões em 2015.

**O ajuste fiscal e os cortes devem ser feitos nos juros abusivos e mecanismos financeiros.**

## Auditoria da Dívida está prevista na Constituição Federal

O art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determina a realização da auditoria da dívida. Tal dispositivo não foi cumprido até hoje! **A Constituição está sendo desrespeitada!**

